



Anais da Assembléia

Nº 08

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Trolan - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - João Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 05.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

seguinte

EXPEDIENTE

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do P.T.B., tenho a honra de indicar os Senhores Deputados que preencherão as vagas destinadas ao Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa.

Sala das Sessões, em 02.03.93

(a) ERONDY SILVÉRIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ERONDY SILVÉRIO e JOÃO IENSEN
SUPLENTE: MÁRIO BEZERRA

COMISSÃO DE FINANÇAS
ADEMAR TRAIANO
SUPLENTE: JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
JOSÉ ALVES
SUPLENTE: MÁRIO BEZERRA

COMISSÃO AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JOÃO IENSEN
SUPLENTE: JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
JOSÉ ALVES
SUPLENTE: ADEMAR TRAIANO

COMISSÃO EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
MÁRIO BEZERRA
SUPLENTE: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
JOSÉ ALVES
SUPLENTE: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
ADEMAR TRAIANO
SUPLENTE: JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
MÁRIO BEZERRA
SUPLENTE: JOSÉ ALVES

COMISSÃO DE REDAÇÃO
JOSÉ ALVES
SUPLENTE: JOÃO IENSEN

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
ADEMAR TRAIANO
SUPLENTE: MÁRIO BEZERRA

COMISSÃO DE TURISMO
JOÃO IENSEN
SUPLENTE: JOSÉ ALVES

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Djalma de Almeida César, Eurides Moura e Luiz Carlos Martins (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e um Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

JOSÉ ALVES

SUPLENTE: MÁRIO BEZERRA

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

MÁRIO BEZERRA

SUPLENTE: JOÃO IENSEN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 133

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que seja publicado, na Ordem do Dia, o processo referente ao Projeto de Resolução 016/92 para sua apreciação em segunda votação, ou que uma cópia do mesmo esteja à disposição das lideranças para estudo prévio.

Sala das Sessões, em 02.03.93

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

CEZAR SILVESTRI

ALGACI TÚLIO

NAMIR PIACENTINI

LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados não podem votar uma matéria de tamanha importância sem o conhecimento do processo nos dados concretos que originaram o parecer da comissão competente. Sem efetivamente duvidar da apreciação efetuada, é direito inalienável dos parlamentares o conhecimento prévio e aprofundado das questões objeto de votação.

REQUERIMENTO N° 99

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Kemmel Sarkis Mellem, ocorrido dia 27.02.93.

Sala das Sessões, em 02.03.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Kemmel Sarkis Mellem, que faleceu no último dia 27 de fevereiro foi diversas vezes Prefeito da Cidade de Rebouças onde era muito estimado. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Kemmel.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mellem endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 100

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, a transcrição nos anais desta Casa de Leis o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco dos Santos, popular "Chico Bugiganga", ocorrido no último dia 23 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 02.03.93

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 66 anos de idade, o Senhor Francisco dos Santos, carinhosamente chamado de Chico Bugiganga, foi um homem que, ao longo de sua vida conquistou grandes amizades e tornou-se popular pela sua atividade de bilheteiro autônomo.

Portanto Chico Bugiganga foi uma figura que marcou sua passagem pelo carisma e alegria de viver, que contagiava a todos, fazendo assim, juz a esta homenagem.

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja inserido nos anais desta Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento de KEMMEL SARKIS MELHEM, popularmente conhecido como "Camilo Melhem", da Cidade de Rebouças. Trata-se de uma figura exponencial daquela Comunidade, onde foi Vereador várias vezes, Vice-Prefeito e Prefeito por duas vezes. Um grande homem público, exemplar, dedicado, de grande respeito em Rebouças e cujo falecimento, ocorrido dia 27 de fevereiro último, deixou uma grande lacuna em Rebouças. Nos somamos a este pesar, e pedimos à Casa que registre nos anais, o Luto de toda a família paranaense, pois Kemmel Sarkis Melhem já tinha ultrapassado e em muito, os limites de sua cidade, transformando-se num grande e valioso paranaense.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de congratulações à nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão /

ACICAM, na pessoa de seu presidente, o empresário JINTARO IKEDA, recém-eleito e empossado no último dia 26 de fevereiro naquela Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações e muito aplauso à Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Eletroeletrônicos, Refrigeração, Ar e Lâmpadas do Estado do Paraná - SELETROAR, particularmente ao seu Presidente, Paulo T. Santos Bastos e Vice-Presidente, Vanderlei Quaquerini, que na última sexta-feira, dia 26.02.93, realizaram Assembleia Geral e obtiveram unânime aprovação do Plenário à pauta de reivindicações que se fará ao Sindicato Patronal. Trata-se de uma linha de reivindicações bem elaboradas, modernas, condizentes com a realidade brasileira e que merecem ser discutidas pelos empresários e provavelmente aceitas. Vimos na diretoria deste Sindicato, principalmente em seu Presidente e Vice-Presidente, verdadeiras lideranças de trabalhadores, afinadas com os problemas da categoria e bastante preocupadas em buscar o melhor. Por esta razão, pedimos o reconhecimento desta Casa como forma de enaltecer figuras deste porte e estimulá-las nesta caminhada tão serena!

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 130

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, com base no Artigo 62, § 3°, da Constituição do Estado do Paraná, e arts. 36, 37 e 38 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja instituída Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) suplentes para apuração das condições reais de vida e trabalho, em todo o Paraná, dos trabalhadores bóias-frias, em especial dos membros empregados nas lavouras, e verificação do cumprimento das normas constitucionais e leis que amparam os trabalhadores rurais e menores. O inquérito abrangerá o contexto mais geral do modo de produção no campo paranaense. A Comissão deverá apresentar o seu Relatório e propor as medidas necessárias em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da sua efetiva instalação.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(aa) MÁRIO BEZERRA, ANTÔNIO ANNIBELLI, CARLOS SIMÕES, ALCACI TÚLIO, JOSÉ ALVES,

NEIVO BERALDIN, EDSON SILVA LINO, ALCEU SWAROWSKI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, JÚLIO BIFON, EMILIA BELINATI, JOAO PREIS, NELSON GARCIA, GERALDO CARTÁRIO, ROSSONI, SEVERINO FÉLIX, NELSON JUSTUS, TOTI COLAÇO e NE-REU ALVES DE MOURA.

JUSTIFICATIVA:

Nos termos de reportagem publicada à página 12 do primeiro caderno da edição de domingo, 28 de fevereiro de 1993, do Jornal "Folha de São Paulo", assinada pelo repórter Amaury Ribeiro Júnior, da equipe da Agência Folha em Querência do Norte, a fome e o desemprego estão obrigando meninos e meninas de quatro anos de idade a trabalhar mais de dez horas por dia como bóias-frias na colheita de algodão, em condições de absoluta ilegalidade, sem seguro e sem garantias trabalhistas, vivendo pendurados nas carrocerias abertas dos caminhões.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Querência do Norte, citado por aquele profissional, são mais de quatro mil os menores empregados nestas circunstâncias, apenas nos Municípios de Querência do Norte, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí.

A esses fatos, somam-se outros para compor um quadro intolerável de violação de direitos humanos fundamentais, configurando-se ainda o descumprimento de Lei aprovada por esta Casa que garante, como direito dos trabalhadores, o transporte seguro nas rodovias, conforme a íntegra da matéria, adiante transcrita.

A reportagem-denúncia impõe o dever de investigação ampla sobre não apenas as violações aos direitos dos menores naquela região, como ainda sobre as condições reais de vida e trabalho rural em todo o Paraná. A CPI do Bóia-Fria que ora se propõe, constitui dever-poder desta Casa em defesa dos direitos da cidadania.

REQUERIMENTO N° 98

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o egrégio Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor José Moacir Favetti, solicitando providências urgentes no sentido de dotar, de imediato, o Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, de um motorista e uma ambulância tipo camburão. Objetiva a medida imprescindível a melhorar o atendimento prestado pelo I.M.L. aos municípios da região por ele abrangida, hoje bastante precária.

Da mesma forma, reitera o Deputado subscritor, conforme solicitações anteriores, feitas em nome dos municípios atendidos pelo I.M.L. de Ponta Grossa, sejam

procedidos estudos técnicos e posteriores ações no sentido de se levantar, com eficácia, as carências daquele órgão público, com o conseqüente reaparelhamento que se requer.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do presente, justificam-no plenamente, robustecendo pedidos similares anteriormente procedidos pelo Deputado que o subscreve.

REQUERIMENTO N° 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizada a execução da obra de restauração asfáltica da rodovia PR-364, trecho entre Palotina - Assis Chateaubriand em 43 quilômetros.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A restauração das rodovias são partes imprescindível no desenvolvimento de uma região, principalmente sendo elas corredores de transportes do Estado.

Consolidar a filosofia da interiorização de rede viária alimentadora básica desenvolvida nos Programas parcialmente financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD.

Propiciar um nível de esforço adicional na manutenção e melhoramento da rede viária troncal alimentadora e capilar, assegurando maior conforto e economia aos usuários, bem como ampliar o horizonte de vida útil dessa rede. Minimizar os custos de Transportes mediante redução dos custos de operação e de manutenção dos veículos. Recuperar e preservar os pavimentos das rodovias que estejam apresentando deficiências de operacionalidade (desgaste natural e por excesso de peso) e construtivas (causadas pelas calamidades públicas) não superadas apenas com a conservação corretiva rotineira, melhorando as condições de segurança nas rodovias estaduais.

REQUERIMENTO N° 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizada a selagem da rodovia PR-480, em 18.200 metros, entre Tapira e Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o código número 4490.16885382.724, do Orçamento do Estado, da Secretaria dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem - DER, publicado no Diário Oficial n° 3918, de 28/12/92, pág. 243, se encontram alocados recursos na ordem de cento e cinquenta e oito bilhões de cruzeiros, para preservação e recuperação de rodovias através de serviços periódicos (selagem, recapes e reconstruções), evitando a curto prazo a execução de serviços mais onerosos ao Estado.

Recuperar as rodovias em estado terminal de vida útil, mantendo as obras de arte especial, reduzindo as possibilidades de interrupções de tráfego e acidentes devido ao colapso das estruturas, melhorias da operação e segurança rodoviária por eliminação gradativa dos pontos críticos.

REQUERIMENTO N° 103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ter ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para a polícia civil e militar do Município de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e conseqüente o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicite a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO N° 104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidade de escolas oficinas no Município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requeiro recursos financeiros para que seja construída tão importante obra no município.

REQUERIMENTO N° 105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja viabilizado estudos visando a realização de obras de reformas e ampliações no Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen, Ensino de 1° e 2° Graus, Regular e Supletivo, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício do Francisco Lote de Carvalho, Presidente da Associação de Pais e Mestres da referida escola enviado ao Deputado, expõe os motivos do pedido:

"Estamos por meio deste, solicitando de Vossa Excelência, providências junto ao Governo do Estado, para aquisição de recursos necessários à construção das seguintes obras:

- 01 salão nobre para reuniões e outras atividades pedagógicas.
- 01 sala para prática de laboratório.
- ampliação da cozinha.
- reforma dos banheiros.

Informamos outrossim, que esse pedido se justifica diante da brusca mudança que nosso Colégio sofreu em seu porte (Atualmente porte VI), com a criação do Curso de

2° Grau - Educação Geral, em 1989 e do Ensino Supletivo, fase II, em 1990.

Esperando contar com a Cooperação de Vossa Excelência que possibilitará o êxito dessa nossa empreitada, aproveitamos para renovar protestos de elevada estima e distinto apreço".

REQUERIMENTO N° 106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, no sentido de que autorize em caráter de urgência a restauração da rodovia PR 323, em Cruzeiro do Oeste, no trecho entre a sede e o Rio Bertioxa, em cerca de 71 Kilômetros.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A restauração das rodovias é parte imprescindível no desenvolvimento de uma região, principalmente sendo elas corredores de Transportes do Estado.

Consolidar a filosofia da interiorização de rede alimentar básica desenvolvida nos Programas parcialmente financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD.

Propiciar um nível de esforço adicional na manutenção e melhoramento da rede viária troncal alimentadora e capilar, assegurando maior conforto e economia aos usuários bem como ampliar o horizonte de vida útil dessa rede. Minimizar os custos de transportes mediante redução dos custos de operação e de manutenção dos veículos. Recuperar e Preservar os pavimentos das rodovias que estejam apresentando deficiência de operacionalidade (Desgaste natural e por excesso de peso) e construtivas (causadas pelas calamidades públicas) não superadas apenas com a conservação corretiva rotineira, melhorando as condições de segurança nas rodovias estaduais.

REQUERIMENTO N° 107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado urgência na execução da obra de construção de Ponte sobre o Rio Paraná na localidade Porto Camargo, na BR 487 com cerca de 2.900 metros de extensão, Porto Camargo - Rio Paraná - BR 487, 10.000 metros e Rio Paraná/Pr - Caburei/MS - BR 487 com 6.740 metros.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto se encontra aprovado no Orçamento do Estado, publicado no Diário Oficial nº 3918, de 28/12/92, pág. 242, com a rubrica nº 4490.16885371-021 e resgata uma dívida dos governantes depois de muitos anos de promessa.

Trata-se de uma reivindicação do mais alto propósito social e de grande importância para a economia do Estado e do País.

REQUERIMENTO Nº 108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor NIZAM PEREIRA DE ALMEIDA, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do município de MARIA HELENA.

Do aprovado, requer ainda, que seja comunicado ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara local.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Augusto Carneiro, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no sentido de que sejam viabilizados estudos visando a construção de creche no Distrito de Vila Nilza, município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, que seja comunicado ao Prefeito Municipal, Salvador Caetano da Silva, e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Dorival Passarela.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser elevado o número de crianças que residem no Distrito de Nilza, filhos de trabalhadores volantes e eventuais que diariamente se deslocam para o interior do município em busca de trabalho em propriedades rurais; e considerando que seus filhos menores ficam praticamente ao abandono em situações as mais precárias, sem cuidados e sem alimentação, vimos solicitar, junto com o representante na Câmara Municipal, a vossa interferência para que sejam efetuados estudos técnicos e financeiros para a construção da obra.

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição e distribuição de viaturas, equipamentos e armas para a Polícia Civil e Militar do município de IVATÉ.

Do aprovado, requer ainda, que seja comunicado ao Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As questões envolvendo a insegurança da comunidade, o aumento da criminalidade e a crescente onda de violência que vem avançando para o interior do Estado é fruto de flagrantes e denunciados casos de injustiça social.

São desequilíbrios sócio-econômicos, são disparidades entre o trabalho e o capital, e o desemprego que cresce assustadoramente, e a recessão. Enfim, são consequências do inchaço populacional nos grandes centros e conseqüente o esvaziamento do campo.

A cidade vive esse drama. A sociedade precisa e clama por proteção, pela presença de policiamento. Hoje a segurança pública é item primeiro no rol de reivindicações das famílias brasileiras. E o Estado precisa estar preparado para dar resposta a essa reivindicação, para tanto, solicito a Vossa Excelência, mais recursos para a Polícia Militar e Civil no município, oferecendo mais tranquilidade para a população.

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Augusto Carneiro, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no sentido de que seja viabilizada a liberação de recursos financeiros para a Associação de Assistência à Maternidade e à Infância - APMI, de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, requer, comunicação ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara e a Presidente da Entidade, Senhora Neide de Fátima Romeiro.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Os problemas sociais enfrentados pelo Município são amenizados pela pronta participação da comunidade que sempre se fez presente nas grandes questões, não só contribuindo financeiramente, como colabo-

rando nas promoções e eventos. No entanto tem sido insuficiente os recursos obtidos e para tanto as entidades assistenciais têm se valido de convênios assinados com órgãos do Governo Estadual e Federal.

A LBA em muito tem colaborado com as Associações e mais uma vez uma delas, a APMI, de Engenheiro Beltrão vem em busca de ajuda e nós, como representantes daquele Município, solicitamos ao Dr. Augusto Carneiro a liberação, ele que sempre demonstrou sensibilidade social, e espírito humanitário.

REQUERIMENTO N° 112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do Município de IVATÉ.

Sala das Sessões, em 02.03.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam realizados estudos visando a implantação do Projeto "Pedras Irregulares", ligando o Distrito de Nilza ao Jardim Paredão, numa distância de 08 quilômetros e do Distrito de Nilza ao Município de Francisco Alves, pela Estrada Yara, numa distância de 12 quilômetros.

Sala das Sessões, em 02.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Estrada que liga o Distrito de Nilza ao Jardim Paredão no Município de Altônia e a Estrada de Yara que liga o Distrito de Nilza ao Município de Francisco Alves, não oferecem boas condições de tráfego nos dias de chuva, sugerimos ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes que estude a possibilidade de ser implantado nas referidas vias os serviços de pedras irregulares, levando conforto e melhores condições de trânsito aos lugares mais periféricos habitados por população menos favorecida economicamente.

REQUERIMENTO N° 115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o en-

vio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mario Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de solicitar a construção da rodovia no trecho entre os municípios de Cruzeiro do Oeste à Campo Mourão - L 3, de 22 quilômetros.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O orçamento do Estado para o ano de 1993, publicado no Diário Oficial n° 3.918, na pág. 241, consta a construção e pavimentação de rodovias com execução por administração direta ou mediante contrato de terraplanagem, pavimentação e obras de arte especiais em rodovias Federais delegadas, estaduais e municipais, possibilitando a necessária melhoria do tráfego no sistema Rodoviário Estadual.

O trecho citado ligando Cruzeiro do Oeste a Campo Mourão é prioridade para a região fazendo ela parte integrante da também chamada estrada Boiadeira que atravessa o Estado.

REQUERIMENTO N° 116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no município de MARILUZ.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assuma funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo, requeiro recursos financeiros para que seja construída tão importante obra no município.

REQUERIMENTO N° 117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA - Digníssimo Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, solicitando a instalação de uma agência bancária no

município de ALTO PARANÁ.

O município de ALTO PARANÁ, situado na região das mais férteis terras do Paraná vem apresentando um desenvolvimento dos mais intensos. Produzindo em alta escala, algodão, soja, milho, café e outros, vem se ressentindo da falta de um estabelecimento bancário, para abrigar as suas transações comerciais, agrícolas e particulares, que se avolumam a cada safra.

Comerciantes, agricultores, todos estão unidos neste propósito, que conta com o apoio e participação ativa da Câmara de Vereadores e do Senhor Prefeito Municipal - Dr. Claudio Golemba, que já se colocou a disposição do Banco do Estado do Paraná para facilitar a instalação da nova agência, e, para que se complete e atenda todos os anseios de uma população ordeira e trabalhadora, que muito tem contribuído para o engrandecimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) JOAO PREIS

REQUERIMENTO N° 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. MARIO PEREIRA, solicitando a viabilização da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Maringá ao Município de Ângulo, a PR-461.

Tal solicitação se faz necessária devido ao péssimo estado da ligação, notadamente nos dias de chuva, dificultando sobremaneira o tráfego de veículos, causando sérios problemas à população daquelas Comunidades.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Coordenador de Cooperação Técnica e Controle do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, seção Paraná, Doutor Mário Tourinho, solicitando as seguintes informações e documentos:

1. A Secretaria Estadual de Saúde do Paraná manteve algum corpo de auditores para o controle de gastos ambulatoriais e hospitalares?

2. A Coordenadoria de Cooperação Técnica e de Controle do INAMPS-PR mantém corpo de auditores para o controle de gastos ambulatoriais e hospitalares?

3. Quantos e quais foram os acordos ou convênios assinados entre o INAMPS e o ISEP/SESA (FCMS) no período de 01.01.91 a

31.12.92?

4. Em relação aos termos aditivos 5, 6, 9, 13, 14, 15, 16 e 17, solicitamos discriminadamente:

a) Qual a data de assinatura de cada um?

b) Qual era o montante da verba quando da ocasião de assinatura?

c) qual é o saldo atual?

d) se a verba foi aplicada, em qual banco e qual foi o rendimento de cada termo aditivo, até a data da resposta?

5. Quanto aos convênios com INAMPS n° TA-6, solicitamos:

a) termos iniciais e valores desses convênios;

b) quanto rendeu os valores que foram aplicados e não usados;

c) quando foi liquidado.

6. Existem verbas da UCA e UCR (FEGE) depositadas em bancos e sem uso? Se existe, solicitamos:

a) quais foram as datas de depósito e qual o montante?

b) por que este dinheiro não está sendo usado?

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que este Poder não tem base legal de requisitar documentos e informações de órgãos do Governo Federal. Como esta direção tem se pautado na defesa da democracia e da transparência administrativa, ambas necessárias, mas não suficientes para garantir avanços do Sistema Único de Saúde, acreditamos que seremos atendidos neste pleito.

REQUERIMENTO N° 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando providências urgentes com vistas à construção de nova e mais ampla sede para a instalação da agência daquele banco na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A importância do município de Campo Mourão no contexto de desenvolvimento apresentado pelo Estado do Paraná é inquestionável e, por si só, justificaria a presente solicitação.

Na condição de único representante daquela cidade nesta Casa de Leis, preocupado em representar de forma efetiva os interesses daquela comunidade, pessoalmente, estivemos fazendo visita àquela institui-

ção, para aferir e dimensionar a necessidade de tal providência.

Fomos informados pelo gerente local, senhor Carlos Afonso Bortoloto, que igual providência foi solicitada para a cidade de Umuarama, tendo sido considerada, tanto que, em setembro de 1991, foi inaugurada nova agência na área de 4.800 m².

A agência de Campo Mourão acha-se instalada em prédio de apenas 1.800 m², apresenta movimento intenso, com filas enormes e, reclamações e denúncias até junto à OUVIDORIA DO ESTADO.

Em decorrência do porte do movimento, acha-se classificada como porte GRANDE-B, classificação idêntica a de Umuarama.

É consenso tanto da parte dos usuários e clientes, como dos funcionários do banco, da urgente necessidade de construção de nova agência.

A presente solicitação constitui justa e antiga pretensão daquela comunidade, razão pela qual, temos a absoluta certeza de que a competente direção do BANESTADO, preocupada não somente com o crescimento via lucro, mas também, com o bem-estar de seus clientes e usuários, mostrar-se-á sensível a esta justa pretensão, determinando providências voltadas à sua efetivação.

REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Rogério Walbach Tizzot, Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, a viabilidade de efetuar o recapeamento da Av. Fernando de Andrade, no município de Quitandinha.

A referida avenida é a principal da cidade, possuindo aproximadamente mil metros de extensão, estando em péssimas condições de tráfego, prejudicando o escoamento da safra agrícola, tendo em vista que é por ela que segue toda a produção daquela região.

A solicitação é das mais justas pois atende a um antigo pleito de toda a comunidade e a uma luta constante da Câmara Municipal do Município.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a liberação de recursos financeiros do Fundo de Reequipamento Policial,

Curitiba, terça, em 02.03.93

para aquisição de viaturas policial para os seguintes Municípios: Irati, Rebouças, Mallet, São João do Triunfo, Inácio Martins, Imbituva, Teixeira Soares, Quinta do Sol, Boa Esperança, Racho Alegre do Oeste, Farol, Corumbataí do Sul, Prudentópolis e Rio Azul.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando sobre:

1. O Tribunal de Contas da União enviou documentos a esta Secretaria indicando irregularidades e solicitando esclarecimentos. Solicitamos cópia referente a estes documentos;

2. Solicitamos cópia, de inteiro teor do Ofício n° 789/92/GS, de 1° de julho de 1992, enviado ao Doutor José da Silva Guedes (Pres. do INAMPS);

3. Em relação aos seguintes termos aditivos: 5, 6, 9, 13, 14, 15, 16 e 17, solicitamos discriminadamente:

a) Qual é a data de assinatura de cada um?

b) Qual era o montante da verba quando da ocasião da assinatura?

c) Qual é o saldo atual?

d) Se a verba foi aplicada, em qual banco e qual o rendimento de cada termo aditivo, até a data da resposta?

4. Solicitamos cópia de todos os convênios assinados entre o ISEP/SESA e o Governo Federal (M.S./INAMPS) durante os anos de 1991 e 92?

5. Quanto aos convênios com INAMPS n° TA-6 com o M.S. 239/92, 103/88, e 135/91, solicitamos:

a) termos iniciais e valores desses convênios;

b) Quanto rendeu os valores que foram aplicados e não usados?

c) Quando foi liquidado?

6. Existem verbas da UCA e UCR (FEGE) depositadas em bancos e sem uso? Se existe, solicitamos:

a) Quais foram as datas de depósito e qual o montante?

b) Porque este dinheiro não está sendo usado?

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Secretaria de Saúde desmentiu denúncia formulada por este parlamentar, de devolução de verbas da Secretaria para o Governo Federal.

Para que não reste nenhuma dúvida a

respeito e, que tudo seja esclarecido é que formulamos este pedido de informações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 036/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ-RURECO, inscrita no CGC sob n° 79322137/0001-12, com Sede na Cidade de Guarapuava, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ foi criada em 1986 e é integrada pelas Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais daquela região.

Tem esta entidade, como objetivos centrais, propiciar aos trabalhadores Rurais melhorias nas condições de vida através da diversificação na produção para a subsistência e o bem-estar da família; desenvolver linhas de produção para integração com o mercado; estimular a criação de estruturas próprias nas entidades membros, como forma de agregar valor à produção e buscando a sua auto-sustentação; assessorar as Entidades Membros, nas áreas de Produção, transformação e comercialização, capacitando os lavradores para a gestão das pequenas propriedades e de suas organizações; apoiar a construção de um Plano Regional de Desenvolvimento Rural que integre os pequenos agricultores à sociedade.

A RURECO é uma entidade sem fins lucrativos, sua atuação visa sobretudo, através do trabalho de formação e conscientização, a fixação do homem no campo, buscando incessantemente alternativas de subsistência em face a instabilidade da Política Agrícola Oficial.

PROJETO DE LEI N° 38/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os programas habitacionais financiados e gerenciados pelo Poder Público, ou que contem com recursos orçamentários do Estado, obedecerão ao disposto nesta lei.

Art. 2° - Na execução de programa para a construção de conjunto habitacional, para cada com mais de 100 (cem) unidades deverá ser construída uma creche e, para cada 300 (trezentas) unidades um posto de

saúde, que deverá servir à comunidade local.

§ 1° - O custo da construção da creche e do posto de saúde não será repassado para os adquirentes das unidades habitacionais.

§ 2° - Quando o programa não atingir o número mínimo de unidades habitacionais referido no caput deste artigo, a construção da creche e do posto de saúde será obrigatória, caso o distrito, a região ou o bairro sejam desprovidos dos mesmos.

Art. 3° - A manutenção da creche e do posto de saúde a que se refere esta lei será de responsabilidade do Município onde estiverem situados, nos termos de convênio celebrado com o Estado.

Parágrafo Único - A administração da creche poderá ser entregue a associação civil sem fins lucrativos, constituída especialmente para esse fim.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

No exato instante que inicia-se no seio da Igreja Católica a "Campanha da Fraternidade" sob o slogan "Onde Moras", procurando despertar definitivamente à Sociedade Brasileira para o tema tão preocupante, o presente projeto de lei objetiva proporcionar àquelas famílias que adquiram suas moradias em conjuntos habitacionais populares, construídos com recursos advindos dos cofres do Estado, gerenciados administrativa e financeiramente pela Secretaria Especial da Política Habitacional do Estado, condições mínimas que envolvam serviços de atendimento à saúde e de educação pré-escolar.

Nos conjuntos habitacionais construídos e supervisionados pelo Estado, deve se ter em vista essa preocupação.

Desse modo, o presente projeto obriga, respectivamente, a construção de uma creche e de um posto de saúde para cada conjunto de 100 e 300 casas construídas. Esse número é suficiente para presumir que a população delas é grande o bastante para exigir tais benfeitorias sociais, ainda que a região já seja satisfatoriamente servida, pelo Poder Público, de atendimento médico e pré-escolar.

Destaque-se que os conjuntos habitacionais, geralmente, são ocupados por famílias recentemente organizadas e via de regra com muitas crianças em idade pré-escolar, como também com problemas de saúde, em face da pobreza do ambiente de onde

provieram.

O projeto procurou resguardar, também, autonomia municipal; por isso, apenas estabelece condições para a execução dos programas de habitação popular por parte do Estado. Sob esse aspecto, o interesse do Estado não se dissocia do interesse do município, já que ambos têm o dever de promover a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, Constituição Federal) e de erradicar a pobreza e a marginalização (art. 3º, III, Constituição Federal).

Assim, se um determinado município quiser receber recursos para a construção de moradias populares, deverá comprometer-se, mediante convênio, com a manutenção das creches e dos postos de saúde, que poderão, eventualmente, ser construídos, tudo nos termos dos incisos VI e VII do art. 30 da nossa Magna Carta, que não exclui a cooperação técnica e financeira do Estado.

Observe-se que no "orçamento" para o exercício de 1993, foi previsto no programa "Casa da Família" a construção de casas populares para atender 87.120 pessoas e nos quais, um número superior ao previsto neste projeto, construir-se-ão nos seguintes municípios:

Almirante Tamandaré	- 161;
Araucária	- 161;
Campo Largo	- 161;
Colombo	- 551;
Paranaíba	- 551;
Pinhais	- 501;
São José dos Pinhais	- 551;
Castro	- 161;
Guarapuava	- 551;
Laranjeiras do Sul	- 161;
Ponta Grossa	- 551;
Pitanga	- 161;
Telemaco Borba	- 161;
Apucarana	- 161;
Arapongas	- 161;
Cambé	- 161;
Campo Mourão	- 161;
Maringá	- 551;
Paranavaí	- 161;
Umuarama	- 388;
Cascavel	- 551;
Foz do Iguaçu	- 551;
Francisco Beltrão	- 161;
Peto Branco	- 161;
Toledo	- 161.

PROJETO DE LEI Nº 39/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização da areia e pedra-brita, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, 60 dias após a sua publicação, ficando re-

Curitiba, terça, em 02.03.93

vogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei, visa sobremaneira contribuir para a redução do custo final das moradias populares no Estado do Pr., o que nos parece ser esta a iniciativa do Poder Executivo Estadual, que tem avançado, e de forma decisiva contribuído nos últimos anos para a redução do déficit habitacional, com a presente redução, estará o Poder Legislativo e Executivo, possibilitando a construção de moradias populares muito mais baratas ao conjunto dos trabalhadores, que até o presente momento boa parte encontra-se excluída dos requisitos financeiros. Sem dúvidas este é o espírito desta respeitável Casa de Leis, bem como do Poder Executivo Estadual, em buscar alternativa para os problemas sociais.

PROJETO DE LEI Nº 40/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Pr..

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, 60 dias após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei, visa sobremaneira contribuir para a redução do custo final das moradias populares no Estado do Pr., o que nos parece ser esta a iniciativa do Poder Executivo Estadual, que tem avançado, e de forma decisiva contribuindo nos últimos anos para a redução de déficit habitacional. Com a presente redução, estará o Poder Legislativo e Executivo, possibilitando a construção de moradias populares muito mais baratas ao conjunto dos trabalhadores, que até o presente momento boa parte encontra-se excluída dos requisitos financeiros. Sem dúvidas este é o espírito desta respeitável Casa de Leis, bem como do Poder Executivo Estadual, em buscar alternativa para os problemas sociais.

PROJETO DE LEI Nº 041/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole", com sede e foro nesta Capital.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 17 de agosto de 1986, como sociedade civil, sem fins lucrativos, a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Acrópole tem por finalidade estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos da região, desenvolvendo ações para melhorias das condições de vida na localidade.

Em mais de seis anos de atividade, inúmeras foram as conquistas obtidas pela entidade em epígrafe para a população residente no Jardim Acrópole.

Reconhecida como uma das mais combativas associações de moradores de Curitiba, a Associação do Jardim Acrópole desenvolve permanente trabalho conscientizando os associados da importância da atuação comunitária.

Reconhecer a Associação de Moradores do Jardim Acrópole como de utilidade pública é reconhecer e apoiar a importância dessa tarefa como verdadeiro instrumento para conquista de melhor qualidade de vida para a população.

Pelos documentos anexos é possível verificar o total adequamento da entidade aos critérios estabelecidos para concessão do reconhecimento ora pretendido.

PROJETO DE LEI Nº 042/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Grupo pela Valorização Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS", com sede e foro nesta Capital.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em março de 1991, o Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS, também denominado GRUPO PELA VIDA, é associação civil, sem fins lucrativos, regido por Estatuto próprio, registrado sob o nº 1.567 do Livro A-1, de pessoas jurídicas, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 4º Ofício, nesta Capital.

Com sede à Rua Ângelo Sampaio, nº 1597, o grupo tem por objetivo reunir basicamente portadores do vírus da AIDS, seus amigos e familiares, lutando para que os portadores do vírus, assintomáticos e doentes, tenham plenos direitos civis, além de fornecer apoio psicológico, moral

e humano aos portadores do vírus, fornecendo também material informativo sobre a sua situação.

Lamentavelmente, o preconceito e a ignorância ainda constituem as maiores agressões aos portadores do vírus da AIDS. O trabalho do Grupo pela VIDA no Paraná é da maior importância exatamente porque se dispõe a esclarecer a oportunidade pública sobre a AIDS, além de formar uma equipe de solidariedade aos pacientes.

Por esse trabalho, fartamente demonstrado nos relatórios apensos ao presente Projeto, é que propomos à Douta Assembléia Legislativa o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 043/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a transferir ao município de Paranaguá o Hospital Infantil "Doutor Antonio Fontes", pertencente ao Instituto de Saúde do Paraná, com seus bens imóveis, móveis e semoventes.

Art. 2º - O Hospital Infantil Doutor Antonio Fontes permanecerá integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e terá suas atividades financiadas de acordo com os critérios previstos na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Um dos importantes avanços da Saúde em nossa Constituição Federal, é o Sistema Único de Saúde (SUS), descentralizando administrativamente e financeiramente os serviços públicos prestados nesta área.

Agora cabe ao município gerenciar a Assistência Médica à população, recebendo para tanto os recursos oriundos do Governo Federal e do Governo Estadual.

A nossa proposição, transferindo ao município de Paranaguá o Hospital Infantil "Doutor Antonio Fontes" pretende avançar o processo de municipalização do SUS em nosso Estado.

Dada a sua importância acreditamos contar com o inestimável apoio dos Nobres Pares.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 037/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a "Região Admi-

nistrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná", integrada pelos seguintes municípios: Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporé, Cidade Gaúcha, Tapira, Tuneiras do Oeste e Tapejara.

Art. 2º - Fica designada para sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, a cidade de CIANORTE.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamento: Hermas Brandão, Ovídio Constantino, José Alves, Emilia Belinati, Heinz Herwig e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Ccm a instalação de órgãos representativos do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal no município de Cianorte, os trabalhos dos Prefeitos da região serão imensamente facilitados nas soluções de problemas comuns, favorecendo e agilizando os projetos inerentes a esses municípios. A criação desta microrregião é de alta importância a todas essas comunidades, visto que as mesmas estão ligadas a AMERIOS, cuja sede situa-se em UMUARAMA, distante 80 km, sendo composta por quase 03 (três) dezenas de municípios. Tal desmembramento acarretará inúmeros benefícios para os mais diversos setores das administrações municipais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero de início, pela primeira vez neste período legislativo usando desta tribuna para saudar a nova direção eleita nesta Casa, aos Senhores Deputados, especialmente aos Srs. Deputados que assumiram neste início de legislatura seu mandato nesta Casa.

Me inscrevi Senhor Presidente, Senhores Deputados para fazer alguns comentários...

Senhor Presidente, solicito informação se a sessão está em andamento?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Senhores Deputados, peço atenção ao pronunciamento do Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Nós ouvimos a imprensa noticiar há alguns dias a sanção do Senhor Presidente da República à

Curitiba, terça, em 02.03.93

Lei que regulamenta os artigos 184, 185 da Constituição Federal a respeito da política agrícola fundiária e da reforma agrária em nosso País.

Lamentavelmente estes artigos da Constituição demoraram 5 anos para serem regulamentados.

Senhor Presidente, eu me retiro deste Plenário se a Casa permanecer desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicito atenção ao pronunciamento do Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela segunda vez interrompo meu pronunciamento. Se por mais uma vez isso for necessário que eu não possa me pronunciar eu vou me retirar desta tribuna em protesto e exigir da Mesa para que esta Casa funcione normalmente nas suas sessões.

Eu quero comentar aqui Senhores Deputados o sancionamento da Lei de Reforma Agrária pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República que eu acho um assunto de extrema importância, para esta Casa, para a população do Paraná e do Brasil.

Grande parte das crises a que estamos submetidos, já temos dito isso em outras oportunidades, que se faz pela falta de políticas sérias e pela aplicação das leis que se faz nesse País.

Demoramos 5 anos para regulamentar os artigos 184 e 185 da Constituição que regulamenta a reforma agrária no Brasil. Sabemos que nos países desenvolvidos, na grande maioria dos países da Europa a estabilidade econômica aconteceu após profundas reformas no Estado e entre elas, principalmente a reforma agrária, onde a produção de um país se coloca num dos primeiros lugares de importância para os países.

Eu estive, durante este período de recesso parlamentar visitando várias regiões do Estado e continuamos constatando a evasão do homem do campo, o êxodo rural, que muitas vezes comentamos e que a imprensa noticia aos quatro cantos desta Nação. Lideranças, comunidades inteiras continuam sumindo do campo, abandonando o setor produtivo, indo para as cidades à procura de emprego e de melhores condições de vida.

Entendemos que é uma necessidade nossa, ir ao encontro dos problemas e dos anseios, e ao mesmo tempo dar oportunidade ao nosso povo de poder conversar com os Deputados que se elegem.

Senhor Presidente, requeiro o Horário da Liderança do PT.

Nós podemos perceber que a falta de uma política agrícola adequada à pequena propriedade continua expulsando o homem do campo, pois lá ele não tem nenhuma condi-

ção de sobreviver, por falta de apoio a uma política que dê realmente condição do agricultor sobreviver na terra. E isso não é exclusivo dos pequenos a crise é geral no País e na agricultura.

Poderíamos nos perguntar: por que o agricultor deixa o campo e procura condições melhores na cidade? Se ele estivesse obtendo lucros, ou como diz um ditado: se ele não estivesse trabalhando para o diabo dar risada, provavelmente o agricultor permaneceria na terra, produzindo para o País e para si! Mas ele não vê lucros, ele não tem incentivos, o alto custo da produção é absurdo! Um agricultor tem que dar 20 sacas de seu milho, do milho que ele produz, para poder adquirir 60 quilos de semente de milho de uma indústria multinacional.

Estamos assistindo hoje os fumicultores, nos 3 Estados do Sul Brasil bloqueando as indústrias de fumo porque a exploração é tanta, e o agricultor teve uma boa produção nas indústrias não recebem o que produziu mais do que o previsto, do que a estimativa, e o fumicultor tem que deixar, 3, 4, 5 fardos de fumo jogados no paiol ou perdidos, depois do suor de seu trabalho ter sido derramado. A exploração é tanta! É claro, desta forma o agricultor se vê obrigado a abandonar a produção e nós a assistirmos o que acontece neste País, o inchamento das cidades, os problemas sociais cada vez maiores!

Além da reforma agrária que era justa e necessária, um País como o nosso precisa regulamentar a produção não só a distribuição de terras mas também regulamentar a política agrícola para que realmente o agricultor ao invés de ser estimulado a deixar o campo, procurando as cidades, seja estimulado a ter lucros, a ter condições de produzir com o apoio dos poderes públicos para que seja estimulado a permanecer na terra.

Além da reforma agrária, com alguns vetos que o Presidente Itamar impôs ao Projeto de Lei, com alguns problemas e que entendemos que alguns dos vetos não deveriam ter sido feitos, mas pelo menos nenhum juiz, deste País, nenhum membro do Poder Público, nenhum governante poderá alegar agora que não tem Lei para regulamentar as desapropriações de terras. A regulamentação dos assentamentos que estão há oito, dez anos pendentes no País. Os votos do Senhor Presidente da República em alguns casos foram coerentes, entendemos que o veto que proíbe, o veto que permitia a permanência do expropriado no imóvel até o trânsito em julgado da sentença foi correto, porque nós sabemos que uma sentença judicial hoje, que um processo que tramita na justiça demora-se quinze, vinte, até vinte e cinco anos para serem resolvidos;

enquanto isso as pendências, os problemas sociais, os conflitos agrários continuariam sendo expostos à sociedade.

Entendemos que a lei está colocada, mas que é necessário a organização da sociedade brasileira, é necessário que o Governo destine agora recursos à implantação da reforma agrária, porque a previsão orçamentária para este ano que o INCRA apresentou ao orçamento geral da União não permite o assentamento nem de cinco mil famílias num ano; quando a demanda, os problemas, a seriedade, a gravidade do problema da terra, dos conflitos agrários no País são muitos, é necessário que se faça uma suplementação orçamentária.

Esperamos que no Congresso Nacional seja realizado isso, e que recursos sejam destinados para realmente implementar a reforma agrária no Brasil, e fazer com que milhões de brasileiros procurem, consigam se viabilizar na produção implantando sistemas produtivos ao exemplo do que está sendo feito por assentamentos dos agricultores sem-terras que estão dando o exemplo em algumas áreas do País, aumentando a produtividade, aumentando a estabilidade social em alguns municípios, como é o caso no Paraná, o Município de Querência do Norte, como é o caso no Paraná no Município de Manqueirinha do Sudoeste do Estado, onde as próprias autoridades municipais incentivam, exigem a regulamentação e provam por dados estatísticos o aumento da produção no Município, a melhoria de qualidade de vida do povo do Município em função do aumento da produção e do assentamento de centenas, de milhares de famílias que lá ocupam áreas que ainda estão em fase de desregulamentação, de desapropriação; e isto estava impedido pela falta de aprovação desse projeto no Congresso Nacional. E que assim nós possamos ver realmente o inverso do que vimos hoje no Brasil, ao invés de expulsarmos o homem do campo, de criarmos problemas sociais nas cidades, nós garantimos a realização de que os produtores possam realmente produzir e que não precisem brigar para isso, não precisem reclamar, invadir fábricas, bloquear indústrias como estão fazendo os suinocultores hoje, como os agricultores têm feito no Paraná bloqueando rodovias, bloqueando bancos para poderem permanecer na produção e serem incentivados a serem jogados nas cidades, nas periferias. Vamos ver e vamos lutar para que o inverso aconteça, para que realmente a produção do País se viabilize aumentando os milhões de toneladas de grãos e possamos dar condições de o homem permanecer no campo, e assim a nossa produção aumentar e pararmos de importar alimentos básicos para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças.
PTB. (Declina).
PDT. (Declina).
PL. Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Quando pela primeira vez Vossa Excelência assume a presidência dos trabalhos da Assembléia Legislativa, desejo renovar a nossa solidariedade, do PL, à sua eleição à Vice-Presidência, bem como desejar, toda a vez que estiver presidindo os nossos trabalhos, o faça dentro dos princípios que sempre nortearam a vida de Vossa Excelência, princípios de dignidade, de respeito, de respeito à Constituição, ao Regimento Interno e, principalmente, a um passado que todos conhecemos e todos reverenciamos. Queira receber Vossa Excelência as homenagens do Partido Liberal.

Quando se fala tanto neste Estado e neste País na parte social, na defesa social, defendendo aqueles que realmente necessitam do amparo e do apoio do Poder Público, nos vêm à mente sempre a proteção à criança.

Neste sentido, estou encaminhando à Mesa da Assembléia Legislativa um Projeto de Lei que dispõe sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de habitação popular financiados ou que contem com recursos do Estado.

No seu artigo 1º diz:

Art. 1º - Os programas habitacionais financiados e gerenciados pelo Poder Público, ou os que contam com recursos orçamentários do Estado, obedecerão ao disposto nesta lei.

Art. 2º - Na execução de programa para a construção de conjunto habitacional, para cada conjunto com mais de 100 (cem) unidades deverá ser construída uma creche e, para cada conjunto com mais de 300 (trezentas) unidades, um posto de saúde, que deverá servir à comunidade local.

§ 1º - O custo da construção da creche e do posto de saúde não será repassado para os adquirentes das unidades habitacionais.

§ 2º - Quando o programa não atingir o número mínimo de unidades habitacionais referido no caput deste artigo, a construção da creche e do posto de saúde será obrigatória, caso o distrito, a região ou o bairro sejam desprovidos dos mesmos.

Art. 3º - A manutenção da creche e do posto de saúde a que se refere esta lei será de responsabilidade do município onde estiverem situados, nos termos de convênio

celebrado com o Estado.

Parágrafo Único - A administração da creche poderá ser entregue à associação civil sem fins lucrativos, constituída especialmente para esse fim.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

No exato instante que inicia-se no seio da Igreja Católica a "Campanha da Fraternidade" sob o slogan "Onde Moras", procurando despertar definitivamente a Sociedade Brasileira para o tema tão preocupante, o presente projeto de lei objetiva proporcionar àquelas famílias que adquiram suas moradias em conjuntos habitacionais populares, construídos com recursos advindos dos cofres do Estado, gerenciados administrativamente e financeiramente pela Secretaria Especial da Política Habitacional do Estado, condições mínimas que envolvam serviços de atendimento à saúde e de educação pré-escolar.

Nos conjuntos habitacionais construídos e supervisionados pelo Estado, deve se ter em vista essa preocupação.

Desse modo, o presente projeto obriga, respectivamente, a construção de uma creche e de um posto de saúde para cada conjunto de 100 e 300 casas construídas. Esse número é suficiente para presumir que a população destas é grande o bastante para exigir tais benfeitorias sociais, ainda que a região já seja satisfatoriamente servida, pelo Poder Público, de atendimento médico e pré-escolar.

Destaque-se que os conjuntos habitacionais, geralmente, são ocupados por famílias recentemente organizadas e via de regra com muitas crianças em idade pré-escolar, como também com problemas de saúde, em face da pobreza do ambiente de onde provieram.

O projeto procurou resguardar, também, autonomia municipal; por isso, apenas estabelece condições para a execução dos programas de habitação popular por parte do Estado. Sob esse aspecto, o interesse do Estado não se dissocia do interesse do município, já que ambos têm o dever de promover a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, Constituição Federal) e de erradicar a pobreza e a marginalização (art. 3º, III, Constituição Federal).

Assim, se um determinado município quiser receber recursos para a construção de moradias populares, deverá comprometer-

-se, mediante convênio, com a manutenção das creches e dos postos de saúde, que poderão, eventualmente, ser construídos, tudo nos termos dos incisos VI e VII do art. 30 de nossa Magna Carta, que não exclui a cooperação técnica e financeira do Estado.

Observe-se que no "orçamento" para o exercício de 1993, foi previsto no programa "Casa da Família" a construção de casas populares para atender 87.120 pessoas e nos quais, um número superior ao previsto neste projeto, construir-se-ão nos seguintes municípios.

Almirante Tamandaré	- 161;
Araucária	- 161;
Campo Largo	- 161;
Colombo	- 551;
Paranaguá	- 551;
Pinhais	- 501;
São José dos Pinhais	- 551;
Castro	- 161;
Guarapuava	- 551;
Laranjeiras do Sul	- 161;
Ponta Grossa	- 551;
Pitanga	- 161;
Telemaco Borba	- 161;
Apucarana	- 161;
Arapongas	- 161;
Cambé	- 161;
Campo Mourão	- 161;
Maringá	- 551;
Paranavaí	- 161;
Umuarama	- 388;
Cascavel	- 551;
Foz do Iguaçu	- 551;
Francisco Beltrão	- 161;
Pato Branco	- 161;
Toledo	- 161.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Termina de ler).

Nestas condições e nestes termos eu solicitaria dos Senhores Deputados o apoio para este projeto que, naturalmente, deverá receber a sanção governamental. Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, em meu nome, em nome do Deputado Nilton Barbosa, que se encontra em Umuarama, nós gostaríamos de convidar os Senhores Deputados para a Feira Agroexposição que está sendo realizada em Umuarama do dia 27 ao dia 07 agora.

Então, para nós será uma satisfação revê-los em nosso recinto no Parque de Exposição em Umuarama no Noroeste do Estado.

O SR. JOAO PREIS - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)

Queremos registrar nos Anais desta Casa a visita ilustre do nosso companheiro e amigo Prefeito Municipal da Cidade de Flo-

raí, Senhor Antonio Munhoz e sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado.

Dando continuidade ao Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, em nome da Liderança do PMDB nesta Casa, comunico às Lideranças das Bancadas, bem como aos seus integrantes, que hoje às 17 horas, no Plenário do novo prédio da Assembleia Legislativa, estaremos realizando reunião da Frente Presidencialista do Estado do Paraná. Portanto, hoje, às 17 horas, no auditório do prédio novo da Assembleia Legislativa, nova reunião da Frente Presidencialista do Estado do Paraná.

No mês de janeiro, início de fevereiro, os Parlamentares desta Casa receberam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, correspondência que seria de lavra do ex-Secretário de Estado do Meio Ambiente, ex-Deputado Tadeu Bento França. Por esta correspondência procurava levantar suspeição em relação a ato da administração do Estado do Paraná. Foi, em suma, até esta correspondência que logo se verificou, era de autoria duvidosa, portanto não da lavra do ex-Secretário de Estado do Meio Ambiente, mas de natureza anônima, que requeremos a Secretaria de Estado do Meio Ambiente as informações para fazer frente àquele esforço de levantar suspeição em relação a ato da administração.

Trato aqui da questão da retirada de árvores cortadas na área abrangida pelo Parque Estadual das Lauráceas. O atual Secretário do Meio Ambiente, Doutor Eduardo Requião, em atendimento ao nosso pedido de informação encaminhou resposta nos seguintes termos e que coloco à disposição para esclarecimento de todos os membros desta Casa.

"É preciso que na República, as denúncias mais irresponsáveis tenham a resposta mais cabal no sentido do pleno esclarecimento dos atos da administração, exercendo esta prerrogativa parlamentar da busca de informações que aqui compartilho com os meus colegas, o esclarecimento da questão da retirada das árvores cortadas na área abrangida pelo Parque Estadual das Lauráceas. Diz a resposta: (lê)

A Indústria Agropecuária Denecke Ltda., por si e seus antecessores extraía madeira da área de 1.000 alqueires da Fazenda São João do Rio Pardo, localizada no Município de Adrianópolis, tendo obtido, à época aprovação em Plano de Exploração Florestal por prazo em quantidades determinados pelo então IBDF (atual IBAMA).

Em 1989, por se constatar irregularidades na condução do Plano de Exploração e por inserir-se a referida área na área ampliada do Parque Estadual das Lauráceas, o IBAMA cancelou a autorização, embargando a retirada de madeira da área.

Na oportunidade, a Indústria Agropecuária Denecke ingressou em Juízo, com impetração de Mandado de Segurança, tendo obtido do Meritíssimo Juiz da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná liminar para continuar executando o corte de árvores previsto no Plano de Exploração. Neste período procedeu o corte de cerca de 5.000 árvores que agora pretende retirar.

Julgado o mandado foi denegada a segurança e conseqüentemente revogada a liminar. Ao mesmo tempo em que recorria da decisão ao Tribunal Regional Federal, a I.A. Denecke Ltda., solicitou ao IBAMA autorização para a retirada da madeira do pátio da serraria e de dentro da floresta.

Recebido o expediente, o IBAMA consultou o Estado do Paraná através do ITCF, para que se manifestasse acerca do pedido. No processo houve informações e pareceres resultando em ser submetido ao Egrégio Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, que definiu, pelo Estado do Paraná, pelo deferimento do pedido mediante a lavratura de ajuste firmado pelas partes de modo a assegurar a interessada a retirada desde que implementadas as condições sugeridas no Parecer nº 41/90 da PGE, ou seja, desde que não houvessem danos ambientais.

Neste ínterim o IBAMA pelo ofício nº 0816/90 autorizou a retirada da madeira serrada que encontrava-se armazenada no pátio da serraria.

Em 21/12/90, é celebrado o Termo de Ajuste para a retirada de árvores entre PGE/ITCF/IBAMA/DENECKE.

Após visita ao local, técnicos do ITCF elaboraram relatório técnico em que manifestam a preocupação em que a retirada total das árvores abatidas pleiteada pudessem ocasionar impactos negativos.

Diante disso, e após manifestação da SEAB, PGE e IBAMA, o Senhor Governador do Estado, anuiu em que fossem retiradas as toras já abatidas, na forma, tempo e quantidade, sem causar dano ambiental.

Após ser devolvido o expediente ao IBAMA, o Movimento de Ação Ecológica impetrou Ação Civil Pública visando a sustação de qualquer retirada de madeira da área, tendo obtido do Meritíssimo Juiz Federal da 9ª Vara, liminar neste sentido.

Esta a situação do caso no presente momento.

Em conclusão:

- 1) A autorização para o CORTE das árvores foi emanada do Meritíssimo Juiz Federal da 1ª Seção Judiciária do Paraná.

- 2) O IBAMA (órgão federal de meio ambiente) já autorizou a RETIRADA de madeira estaleirada no pátio da Serraria da Indústria A. Denecke.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor as vagas deste Partido, nas Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas - ex-Proposição nº 031/92, que aprova a prestação de Contas do Governo do Paraná, exercício 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao Exercício financeiro de 1990.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.09.92.

(a) NILTON BARBOSA

Presidente e Relator

Apoio: Djalma de Almeida César, Élio Rusch e Antônio Annibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 31/92

P A R E C E R:

Atendendo ao que preceituam os Artigos Constitucionais de nºs 54, XVII - "Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa: julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo", e 75, I - "O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento", bem como o Art. 33, § 12, do Regimento desta Casa que estabelece que, "cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica: I - dar parecer sobre proposições referentes aos assuntos de sua especialização ... § 12 - À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre ... tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração direta; ...", na qualidade de Relator desta Proposição, de nº 31/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, encaminhada a esta Casa Legislativa através do Ofício nº 746/91, de 22.06.91 e protocolada neste Poder sob nº 10370, em 23 de outubro, próximo passado, referente às contas do Governo do Estado, do exercício de 1990, passo a tecer as seguintes considerações:

1) A Inspeção Geral de Controle, do Tribunal de Contas do Paraná, realizou a análise Técnico-Contábil das demonstrações e demais documentos da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício, sendo o exame das contas da Administração Direta procedido com base nos dados, valores e informações constantes dos relatórios apresentados pelas Inspetorias de Controle Externo em confronto com os valores apresentados pelos volumes que constituem a Prestação de Contas do Estado.

2) Na administração Indireta estão compreendidas quarenta e seis unidades, entre Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Órgãos de Regime Especial, cujos balanços compõem um volume especial dedicado ao assunto.

De acordo com o estudo realizado pela

IGC, parte II, Administração Indireta, fls. 62, "as entidades que constituem o sistema descentralizado da economia estadual que integram este capítulo, estão demonstradas apenas para efeito ilustrativo, pois as contas de cada entidade serão examinadas e julgadas por este Tribunal."

3) As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas, conforme estabelece a Lei Federal nº 6223/75 e a Lei Estadual nº 6765/75, nos métodos próprios do setor privado da economia.

4) Pelo detalhado trabalho apresentado, depreende-se que, após exaustivo estudo, em 22 de maio, próximo passado, a equipe técnica da Inspeção Geral de Controle, daquele Tribunal, concluiu que, "sob o aspecto Técnico-Contábil, as contas do Governador do Estado, do exercício financeiro de 1990, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. Álvaro Fernandes Dias, estão em condições de merecer aprovação".

5) Em 12 de junho de 1991, o Senhor Doutor João Bonifácio Cabral Júnior, Procurador Geral do Estado, junto ao Tribunal de Contas, exarou seu parecer, finalizando: "Dessa forma, com a ressalva contida no Parecer da D.A.T.J., às fls. 154, entendemos que as contas em comento devam ser aprovadas, expedindo-se parecer prévio nesse sentido".

6) A ressalva a que se referiu o Senhor Procurador Geral, no item anterior, citado, é o contido nas fls. 154, de autoria do Assessor Jurídico, da Diretoria de Assuntos Técnicos-Jurídicos, do TC, da qual consta: "Ressalvando apenas os processos de impugnações de atos, documentos e prestações de contas das unidades administrativas e entidades públicas integrantes da estrutura dos três poderes do estado," que serão examinados e julgados pelo Tribunal de Contas, de per si, "que tramitaram e tramitam nesta Casa, referentes ao ano de mil novecentos e noventa (arts. 3º, 6º e 10, § 1º, do Provimento nº 01/87-TC), opinamos pela aprovação das contas do Governador do Paraná, do exercício de 1990, podendo ser expedido o competente parecer prévio, nesse sentido, se assim também entender o Conselho Deliberativo desta Corte de Contas".

7) O Excelentíssimo Senhor Doutor Quielise Crisóstomo da Silva, Conselheiro Relator, após apresentar um Relatório composto de 137 folhas, em Parecer Prévio, teceu diversas considerações, entre elas, "que o desempenho Econômico-Financeiro do Governo, apesar das dificuldades decorrentes da conjuntura adversa, foi satisfatória, e que é de se ressaltar os elevados

propósitos que nortearam o Governo do Estado na busca de melhores resultados no decorrer do exercício financeiro", e conclui afirmando que "o Parecer Prévio é pela aprovação das Contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1990, do Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias".

8) Em Sessão realizada no dia 20 de junho de 1991, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, aprovou Parecer Prévio elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Relator, Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, que concluiu pela Aprovação das Contas do exercício de 1990, tendo participado da Sessão, sob a Presidência do Conselheiro João Cândido F. da Cunha Pereira, os Conselheiros Rafael Iatauro, João Féder, Cândido Martins de Oliveira, Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva e Artagão de Mattos Leão, estando presente o Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, o Senhor Doutor João Bonifácio Cabral Júnior.

Diante do exposto, só resta a esta Comissão de Tomada de Contas manifestar-se pela aprovação da matéria, tendo em vista que a mesma passou pelo crivo dos técnicos, juristas e Conselheiros, especialmente preparados para o estudo e a análise dos assuntos dessa natureza.

Portanto, o nosso Parecer é FAVORAVEL.
Sala das Comissões, em 23.09.92.

(a) NILTON BARBOSA
Presidente e Relator

Em Votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não queremos discordar, em hipótese alguma, do parecer dado pelos Deputados na Comissão de Orçamento desta Casa. Nós temos certeza e só temos que acatar, porque ali está posto pela Comissão de Tomada de Contas, mas sentimos a necessidade de que se publique junto com a Ordem do Dia, inclusive constando o parecer que veio do Tribunal de Contas. Obviamente que também não queremos discordar daquilo que disse o Tribunal de Contas a respeito das contas do Governo de 1990, mas achamos que para transparência, não só a nível dos gabinetes, como também a nível do povo do Paraná, devia fazer parte desse projeto já no início, e como não foi feito em 1.^a Discussão, nós estamos solicitando que seja feito em 2.^a Discussão, o anexo da apreciação de todo o conjunto da prestação de contas.

Acreditamos que dessa forma, há possibilidade de todos os Deputados tomarem de forma concreta, o conhecimento do processo e onde se originaram essas despesas.

Então o requerimento que estamos apresentando em nome da Bancada à Mesa, é para

que se dê uma maior transparência a essa prestação de contas que nós estaremos votando nessa primeira oportunidade. Obviamente votaremos nesta primeira oportunidade pela constitucionalidade do Projeto e caso não seja, publicado da 2.^a sessão em diante, obviamente nos posicionaremos contrários, porque não achamos que da forma como está sendo feita, represente a transparência de um problema tão sério, que é a prestação de contas do Governo de 1990.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que o Deputado Paulo Maia teve a oportunidade de conviver com a administração do ex-Governador Álvaro Dias durante os 4 anos. Nós tivemos a oportunidade de aqui votar projetos de interesse da sociedade do nosso Estado, bem como fiscalizar o que foi feito na administração do ex-Governador Álvaro Dias e é bom lembrar que o Paraná no período de 86 a 90, na administração do ex-governador Álvaro Dias, serviu de espelho e de exemplo, pela administração transparente e pela lisura que teve o ex-governador Álvaro Dias no governo do Paraná.

O Paraná foi um Estado que serviu de exemplo também, punindo os corruptos, levando os "homens de colarinho branco" atrás das grades e eu não vejo razão nenhuma de que haja dúvida quanto à votação da Tomada de Contas de 1990 do ex-Governador Álvaro Dias, que o próprio Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa do Estado e o povo do Paraná acompanharam o seu Governo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer ao nobre companheiro Dirceu Manfrinato, que em hipótese alguma estamos colocando em dúvida a prestação de contas do Governo Álvaro Dias.

Estamos apenas pedindo para que se faça publicação conforme deve ser feita para que se transforme ou que se faça nesta Casa o verdadeiro papel que ela tem por obrigação, que é o papel fiscalizador das questões que envolvem o Estado do Paraná.

Temos certeza de que desta forma estaremos não apenas tomando conhecimento daquilo que fez o Governo Álvaro Dias como também estaremos, através da Ordem do Dia, mostrando ao Paraná essa verdadeira transparência e o verdadeiro trabalho fiscalizador.

Nós queremos apenas o anexo desta prestação de contas cumprido. É o nosso dever. É o dever da Assembléia esse papel fiscalizador e jamais colocando em dúvidas o parecer do Tribunal, e jamais colocando

em dúvida a idoneidade do Governo Álvaro Dias a qualquer ato referente ao Governo passado.

Queremos apenas, como fiscalizadores neste processo, que a prestação de contas seja anexada à Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Vossa Excelência sabe que regimentalmente pode recorrer à Casa no momento em que desejar e acompanhar, na verdade, todas as prestações de contas que aí estão. Mas durante o período de 1990 nós já fiscalizamos.

Quero apenas aqui, agora, referendar as contas do ex-Governador Álvaro Dias. E V.Exa. sabe e é testemunha que foi um governo da maior lisura possível.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Tem a palavra pela ordem, Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Antes de fazer qualquer encaminhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito um esclarecimento da Mesa: o Artigo 54 da Constituição Estadual, incisos XVI e XVII, e mais o Artigo 87, inciso XI, reza que "Compete privativamente...".

Nós estamos vendo agora a prestação de contas do exercício de 1990 em 1993.

A Mesa Executiva da Assembléia interpreta de que maneira o Artigo 87, e quando deu entrada nesta Casa a prestação de contas desse período, pelo Poder Executivo?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Informo ao nobre Deputado e ao Plenário desta Casa que foi encaminhado a esta Casa em 15 de abril de 1991. E a Presidência da Assembléia encaminhou ao Tribunal de Contas em 24 de abril de 1991.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Feito este esclarecimento, nós, da Bancada do PT, queremos colocar a nossa posição.

Durante a administração do ex-Governador, ao contrário do que muitos colocam, ela foi bastante conturbada no que diz respeito às finanças públicas.

Houveram dúvidas quanto à questão de publicidade, e inclusive foi levantada no Tribunal de Contas deste Estado.

Houveram dúvidas a respeito de todos os três Secretários de Saúde do Estado, inclusive com uma CPI presidida por mim e que não chegou ao final em função de ter sido abortada no meio do caminho e que provava, nitidamente, que existia irregularidades na Administração anterior.

Houveram dúvidas a respeito, e com processo correndo na Justiça, do Instituto

de Pesos e Medidas.

Houveram muitos questionamentos com processos na CAFE do Paraná. E poderemos enumerar outros se formos atrás.

Na área de comunicação social foram aberrantes as despesas do Governo do Estado.

Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores, votaremos contrários a esta prestação de contas, até porque não existem as publicações levantadas pelo Deputado Paulo Maia, nenhum dos pareceres foram publicados, a não ser do dia em que constam algumas ressalvas, ressalvas estas que não deixam claro que também foram publicadas atualmente.

E diz no item 6: "A ressalva a que se referiu o Senhor Procurador Geral, no item anterior citado...". Só que não constam estas ressalvas no Parecer, quais foram, o que que está sendo ressalvado.

Então seria passar uma aprovação, aprovar uma conta da qual não tivemos conhecimento, não tivemos acesso.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Informo ao nobre Deputado que o Parecer da Comissão de Tomada de Contas está anexado, hoje, à Ordem do Dia.

O DR. ROSINHA - Sim, mas é a mesma Comissão, Sr. Presidente. É um parecer que não é do Tribunal de Contas. É da Comissão da Tomada de Contas, assinado pelo Presidente e Relator Nilton Barbosa. E assim mesmo, coloca uma ressalva no item 6. Que por sinal é do mesmo Partido do ex-Governador. Teria que ser, pelo menos, lícito indicar um Relator de outro Partido, para analisar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, nós entendemos que este Projeto já passou por todas as fases que deveria ter passado. E o trabalho, a gestão do Governador Álvaro Dias, como é normal num processo democrático, também teve seus questionamentos.

O PMDB entende que não há nada que se prorrogar. Nós votaremos favorável ao Projeto. O PMDB entende isso, por não ver nada de mais na atuação do ex-Governador Álvaro Dias, nesta prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Para Encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Bona Turra.

O SR. LUIS HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Projeto de Resolução nº 16/92 submete a esta Casa matéria de natureza política. A impugnação de atos da administração, e falava aqui o Deputado Florisvaldo Fier, atos praticados no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, Instituto de Pesos e Medidas, não colocam e nem prejudicam a apreciação política que deve fazer o Poder Legislativo relativamente às contas governamentais de 1990.

E a apreciação política, preliminarmente, põe na Ordem do Dia que do ponto de vista da gestão pública presidida pelo ex-Governador Álvaro Dias, nós tivemos correção, probidade e idoneidade.

Os atos irregulares praticados em setores da administração não levam nem determinam a rejeição parcial ou total - e aqui não poderia haver matéria desta natureza, nem apreciação por esta natureza, de uma apreciação ou aprovação parcial - de contas do conjunto do Governo.

Apreciadas pelas áreas técnicas da Assembléia Legislativa, pelo Tribunal de Contas do Estado, a atividade de fiscalização é uma atividade que deve exercer o Parlamento, no cotidiano. E a apreciação que fazemos, nesta hora, é uma apreciação de natureza eminentemente política.

É por isto que estas contas, ora submetidas à Assembléia Legislativa, devem considerar não só as questões políticas de natureza estrutural do Estado, a quantas andavam as finanças públicas quando se procedeu a sucessão e a transição do Governo. Isto deve merecer a consideração.

A questão do endividamento do Estado, a questão dos altos interesses do Estado na implementação dos programas sociais. Se aí faltou o Estado, deverão então as contas serem rejeitadas politicamente. Mas, quando a consideração é diversa, e esta é uma consideração que vem das ruas, pela aprovação política do Governo, eu acho que também o Poder Legislativo, de modo claro e probo, devendo ter em cada uma das fases e em todas as comissões técnicas levantadas questões, porque as comissões técnicas, inclusive a Comissão Técnica de Tomada de Contas tem a participação de todos os Partidos Políticos, nesta Casa; e as questões que trazem agora os Deputados, para manter uma posição de Oposição, de que novos documentos deveriam ser juntados, para aí sim ter-se a apreciação, é um exercício infrutífero para prorrogar algo que pode ser decidido aqui.

Se faltaram as Oposições, nas Comissões Técnicas, se lá não promoveram as diligências, que não venham agora colocar a Casa toda em cima das suas deficiências e debilidades.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, politicamente as ruas aprovaram o Governo Álvaro Dias. E, politicamente, es-

te Parlamento também aprovará suas contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Aqui no nosso Regimento Interno o Artigo nº 174 que para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderão falar uma vez...

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu quero me manifestar em nome da oposição PDT.

Eu acho que em momento algum, nós fizemos menção a qualquer dúvida a respeito e não podemos aceitar o encaminhamento e as dúvidas colocadas pelo nobre Deputado Bona Turra.

As dúvidas são nossas da forma como nós estamos encaminhando, da forma mais aberta, mais democrática, pedindo apenas que se coloque para publicação. Não vemos o porquê da dúvida da Liderança do PMDB, tão pouco da dúvida em termos da aprovação do Deputado Bona Turra.

Se não há necessidade de que a Assembléia tome conhecimento dessas prestações de contas, está na hora de fechar este Poder, porque o nosso poder aqui é poder fiscalizador, não estamos colocando em dúvida o Governo Álvaro Dias, a prestação de contas, nada disso; se houve colocação de dúvidas estas pechas levantadas pela dúvida à oposição do Deputado Turra talvez sirva a ele e ao Bloco de sustentação dele, não a nossa oposição do PDT.

Por isso que nós estamos pedindo nada mais nada menos que anexar como está indo a nossa justificativa de requerimento. Os Deputados não podem votar uma matéria de tamanha importância sem o conhecimento do processo nos dados concretos que originaram o parecer da Comissão competente, sem efetivamente duvidar da apreciação efetuada é "direito inalienável dos Parlamentares - o conhecimento prévio e aprofundado das questões objeto da votação".

Não estamos colocando dúvida em nada e também não vamos aceitar a pecha de termos nos omitido ou não termos participado ou questionado nas Comissões. As Comissões são questionadas, o PDT tem marcado a sua posição, mas não tem omitido a nível de plenário.

Por isso está mantida a posição e não serve para nós a forma de tentar atingir a oposição do Deputado Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Eu quero saber se colocará em votação, após colocar em votação o Projeto de Resolução na hora oportuna o seu Requerimento.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da mesma forma queremos reforçar o en-

caminhamento feito pelo Deputado Rosinha. Já tenho reclamado da direção desta Casa pela falta de publicação de documento junto aos projetos de Lei na Ordem do Dia. É verdade que nós temos acesso a qualquer documento nesta Casa, mas nós não vamos adivinhar o dia em que vai ser colocado na Ordem do Dia tal projeto. Eu não vejo nada de mais o porquê a Presidência da Casa ou a Mesa não tenha publicado aqui anexo ao Projeto de Lei.

Os pareceres do Tribunal de Contas, a própria prestação de contas, o que há de mais em publicar. Já hoje pela parte da manhã, que os deputados possam ter tido acesso ao Projeto, aos Pareceres que nós pudéssemos aqui ter a nossa opinião formada ou ter estudos antes de chegarmos a Sessão. Disse o Deputado Bona Turra que se engana redondamente que todos os partidos têm acesso às Comissões da Casa a não ser na Comissão de Justiça que todos os partidos tem assento.

O nosso partido não tem assento na Comissão de Tomada de Contas, nem em nenhuma outra Comissão. O PL também não tem e nem por isso queremos nos omitir de termos conhecimento do Projeto.

É justamente porque discordamos politicamente da administração do Governo Álvaro Dias. Como disse o Deputado Bona Turra a apreciação é política e nós temos o direito de votarmos contrariamente.

Por isso a Bancada do PT já encaminhou através do Dr. Rosinha o nosso voto em contrário a essa prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação.
Senhores Deputados que aprovam.
Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Registro os nossos votos contrários, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Estão registrados.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 093, de autoria dos Senhores Deputados Lourenço Fregonese, Neivo Beraldin, Carlos Simões, Heinz Herwig e demais Senhores Deputados, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Queremos registrar o voto contrário da nossa Bancada à transformação do Plenário em Comissão Geral.

O SR. PAULO MAIA - Também o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado.

Requerimento n° 092, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 100, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 099, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 128, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 125 e 126, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 098, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115 e 116, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 117, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 118, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 127, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 129, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 132, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 133, de autoria dos Senhores Deputados Paulo Maia, Cezar Silvestri, Namir Piacentini, Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk e da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Solicitando a publicação na Ordem do Dia, o processo do Projeto de Resolução n° 016/92 para apreciação em 2.ª votação, ou cópia do mesmo para as lideranças para estudo prévio. **Deferido.**

Acatando Requerimento dos Deputados do PDT, vamos determinar amanhã a publicação dos anexos na pauta do dia.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Fica dado prorrogação de aprovação amanhã com publicação? Como se faz análise desse projeto com a publicação em cima da hora como se tem feito até agora?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Amanhã estará em todos os gabinetes no período da manhã.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - A questão se prende inclusive - e aqui fica a nossa sugestão à nova Mesa Executiva da Casa para que se faça a publicação da pauta anteriormente a entrada do projeto na Ordem do Dia. É uma forma de se fazer um trabalho aberto e de conhecimento antecipado a todos os deputados para que não aconteça fatos como este e fatos que aconteceram na Legislatura passada.

Acreditamos que desta forma ganha a Mesa Executiva e ganhamos nós também, Deputados, que temos condições pelo menos de acompanhar e analisar os projetos que virão para a Ordem do Dia.

Então fica aqui a sugestão do PDT à nova Mesa Executiva, para que proceda desta forma e assim facilitará, com certeza o trabalho dos Senhores Deputados, na análise de todos os Projetos, indistintamente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está registrado.

Requerimentos n.ºs 123 e 122, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 094, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 130, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Antônio Anibelli, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando seja instituída Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de violações de direito de negores e trabalhadores bóias-frias no Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

O SR. COSTENARO NETO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, lamento neste momento registrar, nesta Casa, mas por se tratar de uma ação de um Parlamentar que, apesar de

ser Deputado Federal, não deixa de ser nosso colega, que por falta de equilíbrio, de responsabilidade, por ter na sua vida a prática da agressão, a prática da perseguição às pessoas, o Deputado Pinga Fogo, hoje invadiu, lá em Jandaia do Sul, a minha emissora de rádio, e agrediu a mão armada o gerente da emissora!

Portanto, faço questão de registrar o lamento desse Parlamentar, que como Parlamentar, como cidadão, sempre busquei, através de minhas palavras, de meus atos, os caminhos para a solução dos problemas. E o Deputado Pinga Fogo, sem ter este entendimento, causando, muitas e muitas vezes transtornos a minha sociedade, é verdade, nós tivemos a paciência total para solucionar agressões que ele fez em toda a sociedade do Vale do Ivaí, e mesmo assim ele se transformou num ídolo.

E agora, por falta de equilíbrio na verdade, hoje agride um profissional que está cumprindo o seu dever. E eu não poderia deixar de registrar nesta Casa, com muita lamentação, na verdade, porque é um profissional que trabalhou comigo durante 8 anos e agora não podendo usar os meios de comunicação dos quais nós temos o domínio, o poder, ele não conseguiu respeitar o nosso direito, ele não entendeu o seu limite. Na verdade atingiu de todas as formas, querendo usar os microfones para fazer agressão, nas palavras de meu gerente.

E hoje aconteceu, lamentavelmente esta tragédia não foi pior porque não puxou o gatilho, demonstrando um homem na verdade covarde, incapaz de fazer aquilo que tenta demonstrar à população.

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Apenas para justificar na questão da votação do Requerimento do Deputado Fregonese, nos somaremos à iniciativa de V.Exa. quando se der essa proposta de redução de ICMS para amenizar a situação da classe trabalhadora.

Quando ontem aqui destacamos a iniciativa da redução do óleo diesel, somos contrários aqui e nesse Plenário a questão da Comissão Geral.

Nós acreditamos que estamos na fase de composição das Comissões da Casa, e a realidade é que essas Comissões de fato devem trabalhar e dar os respectivos pareceres, valorizando o trabalho de cada um. É a nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra pa-

ra quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

016/92.

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 028 e 029/93.

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º

Levanta-se a sessão.